

# JORNAL DO BRASIL

Rio de Janeiro -- Quinta-feira, 12 de junho de 1986

as  
**Constituinte**

Na Lagoa,  
o primeiro  
combate

**B**

*Mara Caballero*

**T**UDO se passou no melhor dos climas, às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas. Para comemorar seus 10 anos, a Editora Salamandra lançou ontem à noite, na Sociedade Hipica, um livro que abriga todas as correntes do pensamento nacional sobre como deve ser a Constituinte. É o sinal para a discussão aberta — no bom sentido. No livro, **O país que nós queremos. Constituinte: roteiro do futuro**, convivem democraticamente de Afonso Arinos a Dom Hélder Câmara, passando por Lula, Arraes, Fernanda Montenegro e Célio Borja. Ler o livro é admirar-se mais ainda com a divergência de opiniões, um bom exemplo do embate — este, sem dúvida, acirradíssimo — que se travará no Congresso. E desse embate, obrigatoriamente, sairá nossa Constituição. Haja consenso.

Um exemplo da divergência. Enquanto o jurista Afonso Arinos (coordenador do anteprojeto que servirá de esboço à futura Constituição) afirma no seu depoimento que os temas da Constituinte devem ser analisados em fórum adequado, "e não em praça pública, diante do eleitor, durante a campanha eleitoral", Dom Hélder Câmara quer "ouvir o povo para saber o que ele quer, como deseja se expressar".

E por aí vai. O objetivo, aliás, era exatamente este, como escreveu em sua introdução o coordenador editorial do livro, o jornalista Villas-Bôas Corrêa: "Só foi convidado a participar desta série de depoimentos, que merece ser qualificada de histórica, quem realmente tem o que dizer. Quem pode oferecer a contribuição insubstituível de experiência ou quem



não fala apenas por si, mas em nome de faixas da comunidade."

Além dos já citados, o livro (que começou como brinde de fim de ano da Fiat Automóveis, agora em tiragem comercial, capa dura e papel couché por Cz\$ 180) divide suas páginas também com o industrial Arthur João Donato; o candidato a governador de São Paulo, Antonio Ermírio; o ministro Aureliano Chaves, o jornalista Barbosa Lima Sobrinho; o ministro do STF, Célio Borja (à época em que o livro foi impresso era assessor especial do presidente Sarney); o jurista Edgar da Mata-Machado; o senador Fernando Henrique; o jornalista Heráclio Salles; o empresário José Mindlin; outro jornalista, Otto Lara Resende; o ex-governador Roberto Magalhães; o historiador Raymundo Faoro; outro jurista, Raul Machado Horta e o prefeito carioca Saturnino Braga.

A linguagem difere não apenas no seu conteúdo, mas na forma mesma. Clara e direta, no caso de Lula e Fernanda Montenegro, mais pesada na voz dos juristas; fluente nas penas dos jornalistas; com meandros e abrangências excessivas em alguns políticos. Há pontos em comum — e são muitos. Há frases, até, quase idênticas, mas que ninguém se deixe levar pelas aparências. Utilizando como exemplo as mesmas figuras, pode-se ler que Dom Hélder não quer "textos belíssimos que na prática pouco signifiquem". E Afonso Arinos afirma: "A Constituição não é uma obra de retórica, é uma obra de ciência política."

Fernanda Montenegro quer "utopicamente, uma sondagem de opinião para ouvir José da Silva". Afonso Arinos atua como bombeiro: "Nenhum documento, em nenhum

país do mundo, conteve todas as aspirações nacionais. Isso não existe." O jurista vai além: "Quem ficar com a ilusão de auto-representatividade — por pressão social, se engana. Isso leva a ditaduras, fatalmente." Mas Dom Hélder quer um envolvimento popular como o das diretas.

Na Constituinte, Fernanda Montenegro não quer a "empáfia dos que sabem tudo de cor", nem Fernando Henrique quer "uma tertúlia de sábios". E Miguel Arraes não quer ver um mero referendo do statu-quo, mas avisa: "As elites cedem nas palavras para melhor resistir na prática."

O historiador Raymundo Faoro faz um levantamento de todas as nossas Constituições e conclui serem todas "efêmeras e artificiais". E Lula teme que acabemos com uma Constituição "igualzinha à de 46". Com maior ou menor otimismo, todos dizem o que querem, o que esperam, o que poderá ser. E estão postas as mais distintas visões sobre a reforma agrária, o papel das multinacionais, parlamentarismo, e o lobby do poder econômico na eleição dos candidatos.

É o nosso grande momento, mas o jurista Célio Borja adverte: "A Constituinte não é um remédio para todos os males nacionais." Mas como escreveu Villas-Bôas: "A próxima deve ser a Constituinte definitiva... a que consolide o verdadeiro e puro milagre brasileiro de uma transição pacífica entre um ciclo revolucionário que durou quase 21 anos e a conquista do governo pelo povo." Tomara, pois Dom Hélder alerta: "Nós não podemos garantir até onde o povo vai ter paciência."